



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO DOCENTE DE LÍNGUA INGLESA

Keila Mendes dos Santos
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil
Endereço eletrônico: keumendes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os estudos das políticas linguísticas (PL), apesar de serem de extrema relevância para compreensão de determinados aspectos concernentes às línguas, ainda apresentam pouca visibilidade na linguística aplicada e nos cursos de formação do docente que trabalha com idiomas (RICENTO, 2006). Ao abordar as políticas linguísticas, em uma vertente mais ampla de políticas públicas, Rizvi e Lingard (2010) as apresentam como ações normativas do governo, elaboradas no intuito de direcionar atitudes e comportamentos de pessoas, profissionais e/ou instituições. Os autores salientam que as políticas públicas não se limitam apenas às normas presentes no documento em si, envolvendo também seu processo de elaboração e as ações para as quais o texto direciona. Ou seja, envolvem a produção do documento, o texto e as modificações decorrentes da sua implementação, visando alterar determinadas realidades.

Ao tratar da relação entre língua e política, Rajagopalan (2013) evidencia que os vínculos estabelecidos entre ambas as instâncias têm suas referências na antiguidade com os estudos de Aristóteles. Entretanto, o autor ressalta que muitos pesquisadores ainda tendem a investigar os termos desconsiderando as influências que um opera sobre o outro, tecendo uma crítica aos linguistas que optam pelo distanciamento da política, como forma de tratar seus estudos de maneira neutra e objetiva, mesmo estando evidente a influência das questões políticas em assuntos que abarcam a linguagem.

Oliveira (2013) com base nos estudos de Calvet (2002), pontua que as PL se relacionam às decisões do governo sobre língua e sociedade como, por exemplo, a língua que será utilizada pelos cidadãos para se relacionarem, a língua ou línguas que serão oferecidas nos contextos educacionais e culturais e suas variedades, envolvendo, também, as decisões sobre o destino de demais línguas minoritárias faladas pela população,

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



implicando em demandas políticas, geográficas, econômicas, identitárias e demais acontecimentos da sociedade como um todo (RICENTO, 2006).

Rajagopalan (2013) assevera que as políticas públicas devem contemplar a maioria da população, visando o seu bem-estar de forma democrática. Por estarem em concordância com a identidade política de quem as propõem, estas devem ser estudadas atentamente desde a sua idealização. Tal fato se faz relevante posto que os caminhos escolhidos para serem trilhados, assim como a concepção de língua adotada, são sempre ideologicamente determinadas, não apresentando um caráter neutro. Assim, deve-se sempre questionar a quais interesses (ou grupo de interessados) os aspectos ideológicos propagados pelas PL irão servir (RAJAGOPALAN, 2013).

No âmbito das políticas educacionais, o que, de maneira mais restrita, envolve as políticas linguísticas, tem-se discutido, desde 2015, a elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), sendo este um documento que irá direcionar a construção dos currículos da educação básica nas instituições de ensino públicas e particulares de todo o país, fato que tem mobilizado discussões e problematizações.

Considerando que a BNCC, na sua condição de documento normativo (BRASIL, 2017), poderá incidir em alterações significativas na organização do sistema escolar brasileiro, e por sua vez, o ensino de línguas, influenciando, também, a formação docente, o material didático que será utilizado em consonância com os novos objetivos de aprendizagem, e a postura dos principais agentes envolvidos no processo de construção do conhecimento, este estudo tem por objetivo apresentar uma análise da Base Nacional Curricular Comum, à luz de referenciais sobre políticas linguísticas, com ênfase nas proposições para o ensino de língua inglesa do sexto ao nono ano do ensino fundamental, destacando as implicações para a formação docente.

METODOLOGIA

O estudo ora proposto trata-se de uma pesquisa documental que segundo Gil (2008), aborda o estudo de documentos que ainda não foram analisados, ou que, mesmo tendo sido investigados, são sempre passíveis de novas análises e observações. Para conduzi-lo, parte-se, primeiramente, de uma leitura do texto final da BNCC para educação infantil e ensino fundamental, com ênfase nas propostas para o ensino de língua inglesa



do sexto ao nono ano. A análise ocorreu considerando três aspectos: concepção de língua apresentada no documento; habilidades e competências de aprendizagem de língua inglesa; e as implicações para a formação docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos anos, no contexto das políticas educacionais brasileira, temos acompanhado as discussões que perpassaram o desenvolvimento da BNCC, que traz como justificativa às suas proposições a possibilidade de favorecer condições igualitárias para a educação do país (BRASIL, 2017). Porém, faz-se pertinente que nos atentemos para que uma proposta de “educação igualitária”, como mencionada na base, não venha reforçar os ideais da meritocracia, visto que a BNCC, ao proporcionar, em teoria, uma educação que aborde os mesmos conteúdos em todas as escolas, não irá por si só, sanar disparidades sociais vigentes que dificultam, ou até mesmo impedem, o acesso a essa educação (RIBAS, 2018).

Santos e Pereira (2016) afirmam que pensar melhorias na educação partindo da adoção de uma base comum não é viável, sendo necessárias outras ações para alcançar o ambicionado progresso na educação, a exemplo de investimento na infraestrutura das escolas, equipamentos de qualidade, qualificação profissional e avanços na carreira docente. Em concordância com os autores, Ribas (2018) ressalta ainda que a proposta da BNCC é incompatível com o cenário de muitas das instituições de ensino brasileira, por não apresentarem uma estrutura que atenda às suas demandas.

No que concerne ao ensino de línguas estrangeiras na BNCC, com a proposta da base e alterações na LDB, o inglês torna-se língua obrigatória para a educação básica a partir do sexto ano. Este lugar era, até então, reservado a uma língua estrangeira moderna, sem haver uma determinação linguística específica, cabendo à comunidade escolar a sua escolha. Essa obrigatoriedade é justificada na BNCC por considerar que o conhecimento da LI possibilitará maiores oportunidades de crescimento dos estudantes, e também do país, destacando a função comunicativa da LI no mundo globalizado (BRASIL, 2017). Entretanto, cabe questionar os desdobramentos desta mudança para licenciaturas e cursos de formação de professores de demais idiomas.



Ao situar e apresentar o ensino de LI, a BNCC salienta a relevância de um ensino que não centralize abordagens gramaticais e vocabulares e sim, que aborde a língua em suas funções comunicativas. Para tanto, as novas formas de ensino da LI devem se amparar em um caráter formativo e a concepção de língua adotada é a do inglês como língua franca. O que, embora implique em perspectivas diferenciadas para o ensino de LI que transcenda uma abordagem estrutural ainda vigora, é apresentado de forma contraditória no documentos segundo Ribas (2018), por haver uma ênfase demasiada em competências e habilidades. Além deste fato, o documento não apresenta remediações para problemáticas vigentes no ensino de LI há algumas décadas, e que se evidenciam como entraves para alcançar um ensino de qualidade, sendo algumas delas a carga horária reduzida e o grande números de alunos por sala. Aspectos já abordados nos PCN de línguas estrangeira, uma vez que um ensino comunicativo, que atenda as particularidades de cada aluno, em turmas com 40 ou mais estudantes, torna-se pouco viável de ser operacionalizado em duas aulas semanais.

Ao tratar das demandas para a formação docente, Marchelli (2017) salienta que o documento traz, em contrapartida, a perspectiva de mudanças na formação, tanto inicial quanto continuada. Para o autor “A ideia construída a partir da leitura da BNCC é que o professor capaz de realizar os objetivos por ela assumidos precisa de uma formação inicial absolutamente diferente daquela atualmente praticada” (MARCHELLI, 2017, p. 56). Outro aspecto destacado no documento é a necessidade de práticas que atendam às características particulares de aprendizagem de cada estudante, implicando em personalização do ensino por parte do docente e maior engajamento do aprendiz, o que demanda uma necessária redução de alunos por turma e suporte tecnológico eficiente para que essas modificações nas práticas metodológicas possam atingir resultados significativos. A expectativa de protagonismo discente evidencia uma concepção de ensino em que o professor é um mediador da aprendizagem descentralizado, cabendo ao aprendiz atitudes autônomas perante a construção dos seus saberes (RIBAS, 2018).

Santos e Pereira (2016) ressaltam ainda que a adoção da BNCC irá movimentar todo um mercado de produção de materiais didáticos, como também cursos de formação para docente, gestor e demais membros da equipe pedagógica, sendo a padronização da educação, na percepção os autores, uma forma de definir modelos de formação para a



mão de obra a ser inserida no mercado, cabendo destacar as influências neoliberais no âmbito educativo.

CONCLUSÕES

Conforme destacado previamente, este estudo teve por objetivo analisar a BNCC, com ênfase no ensino de língua inglesa, evidenciando os desafios para a formação do docente de LI. Após procedimento de análise e diálogo com autores, percebeu-se que muitas das proposições da BNCC para o ensino de inglês pressupõem uma nova postura na prática pedagógica docente, refletindo em uma formação inicial e/ou continuada, que atendam essas novas exigências. Dessa forma, este novo perfil docente requer um profissional que esteja apto a trabalhar sob uma perspectiva interdisciplinar, adotando abordagens que percebam a LI como língua franca, estimulando seu uso em práticas comunicativas. Tais fatos incidem em necessárias transformações não apenas nos contextos de formação (estudantes e também professores formadores) como em infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e também tecnológicos, e, de maneira ampla, um novo olhar para o âmbito educativo no Brasil que já enfrenta inúmeros desafios, dentre eles, carências de investimentos nos setores acima destacados.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Linguísticas; BNCC; Ensino de Inglês; Formação Docente.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>. Acesso em: novembro de 2018.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARCHELLI, P. S. Base Nacional Comum Curricular e formação de professores: o foco na organização interdisciplinar do ensino e aprendizagem. *Revista de estudos de cultura* n° 7, jan. abr. p. 53-70, 2017.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

RAJAGOPALAN, K. Política de ensino de línguas no Brasil: história e reflexões prospectivas. In MOITA LOPES, L.P. (org.). *Linguística aplicada na modernidade recente*. São Paulo: Parábola, 2013.

RIBAS, F. C. Base Nacional Comum Curricular e o ensino de língua inglesa: refletindo sobre cidadania, diversidade e criticidade à luz do Letramento Crítico. *Domínios de Lingu@gem*. Uberlândia. vol. 12, n. 3, jul. – set, 2018. [p. 1784-1824](#).

RICENTO, T. (ed.) *An Introduction to Language Policy: Theory and method*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

RIZVI, F.; LINGARD, B. *Globalizing Education Policy*. New York: Routledge, 2010.

SANTOS, L. L. P. PEREIRA, J. E. D. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 36, n. 100, p. 281-300, set.- dez., 2016.

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO